

Os sinais estão trocados

QUATRO meses depois de iniciados os trabalhos constituintes, uma grande polémica tenta desdobrar em que direção caminharão suas conclusões preliminares: houve avanço ou retrocesso? Ganhou a direita ou a esquerda? O que predominou até agora, uma hegemonia das propostas progressistas ou das conservadoras? Dependendo das questões, está se comemorando à direita e à esquerda. Talvez seja o caso de se perguntar se o hábito de colorir ideologicamente *a priori* personagens e posições não embaralha esse balanço provisório. Observa-se que nos trabalhos da Assembleia muito do que foi estigmatizado como sendo de direita pode ser considerado de avanço num país que, do ponto de vista social, ainda não conquistou o essencial; da mesma maneira, como progressistas foram apresentadas propostas que, de tão avançadas, podem ser tidas como irrealistas.

A instituição da jornada de trabalho de 40 horas semanais, ou o pagamento de férias em dobro, seriam conquistas possíveis para 30 milhões de deserdados que nem sequer têm jor-

nada de trabalho e lutam por um mínimo de amparo institucional do Estado? A defesa do monopólio da Petrobrás será ainda uma bandeira progressista num país onde a eficácia da máquina estatal é tão discutida? Por outro lado, quem é de esquerda e quem é de direita na Constituinte? Pode-se falar em apenas uma esquerda e uma direita no Brasil? A deputada Cristina Tavares é mais de esquerda do que o seu colega Artur da Távola? Quem é mais de direita: Delfim Neto ou Roberto Campos, Afff Domingos ou Albano Franco?

Os debates da Assembleia Constituinte não aboliram as diferenças entre direita e esquerda, nem apagaram as fronteiras que separam os respectivos interesses, mas não há dúvida de que o verdadeiro embate ideológico está para vir. A partir de agora e cada vez mais se defrontarão os reais interesses da esquerda e da direita. Por enquanto, o que se viu foi um jogo aguerrido, mas muitas vezes em torno de falsas questões ou com idéias fora de lugar, quando não com os sinais trocados.

Uma falsa questão roubou o debate

DESDE que conseguiu fazer com que o texto pré-constitucional restringisse o monopólio estatal do petróleo, reduzisse as exigências para a instalação de empresa estrangeira no país, estendesse à iniciativa privada a exploração de serviços postais e de telecomunicações e limitasse a dois artigos as disposições sobre reforma agrária, a direita comemora sua vitória na primeira fase dos trabalhos constituintes. Mas a esquerda diz que não é bem assim: "A direita assumiu a posição de já ganhou, mas nós ainda vamos fazer a Constituição avançar", sentença do deputado Roberto Freire (PCB-PE).

Acontece que é exatamente com o termo avanço que constituintes como Roberto Campos (PDS-MT), Afff Domingos (FL-SP), Delfim Neto (PDS-SP), Albano Franco (PMDB-SE) e Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) estão classificando as inovações por eles arduamente batalhadas, como a limitação do monopólio da Petrobrás, que hoje não teria mais sentido.

Para estender à iniciativa criadas os serviços postais e de telecomunicações, novamente o argumento dos que desejam essa inovação é o da competitividade. Retirado o monopólio estatal, os serviços melhorariam. Mas uma vez, são os constituintes de linha marxista que querem manter as coisas como estão, apesar de o próprio Mikail Gorbachev estar numa caminhada para reduzir o espaço do monstro estatal soviético. "Parece que esses partidos de esquerda estão querendo fazer no Brasil uma *glasnost* pelo avesso", lamenta Roberto Campos.

José Genoino (PT-SP) é um dos que se batem pelo que é considerado outro avanço: a definição, na Constituição, de módulos delimitadores da propriedade, capazes de por fim ao latifúndio. "Mas como limitar o direito de propriedade, se o país até agora só ocupou praticamente sua faixa litorânea? Se há mais terras nas mãos dos silvícolas do que agricultores?", pergunta Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), convencido de que por esse caminho a Constituição retrocederá ao Brasil-colônia. "O que eu acho é que a Constituição ainda não saiu do lugar", diz com sabedoria o deputado Fernando Santana (PCB-BA).

derado outro avanço: a definição, na Constituição, de módulos delimitadores da propriedade, capazes de por fim ao latifúndio. "Mas como limitar o direito de propriedade, se o país até agora só ocupou praticamente sua faixa litorânea? Se há mais terras nas mãos dos silvícolas do que agricultores?", pergunta Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), convencido de que por esse caminho a Constituição retrocederá ao Brasil-colônia. "O que eu acho é que a Constituição ainda não saiu do lugar", diz com sabedoria o deputado Fernando Santana (PCB-BA).



O complementar como o essencial

CURIOSAMENTE, entre as inúmeras questões que tiram o sono dos nossos constituintes, algumas ninguém sabe o que fazem ali. Próprias da lei ordinária, estão no debate constitucional empurradas por lobbies ou mesmo pelo excesso de zelo dos que vêem na constituição a única proteção para assuntos nevrálgicos. É o caso da reserva de mercado para a informática.

Mas como, se essa reserva deve ser por tempo determinado e a constituição fixa normas em definitivo? No dia que a indústria nacional de informática estiver consolidada, essa reserva de mercado será até prejudicial à sua capacidade de competir no mercado externo. Também

A constituição das corporações

NUMA sociedade em que até a resistência democrática passou pelo canal das lutas particulares de cada segmento, e a radicalização desta era passo necessário para o nascimento de uma ténue consciência política ou início do exercício de participação, o corporativismo tornou-se forte e, hoje, já é um obstáculo à construção de uma democracia saudável.

O processo constituinte — como a sua pregação anterior — está muito preso às questões de categorias, grupos sociais etc., detendo de aprofundar as questões essenciais que interessam ao conjunto da população. Nos corredores da Assembleia há muita movimentação dos lobbies e das delegações, cada qual preocupado em saber como fica a sua profissão, a sua função ou o seu interesse de categoria. Isso abarca desde os que exercem fun-

corre o risco de se desatualizar em curto prazo o artigo que muitos desejam para limitar a aplicação dos recursos do SFH ao benefício de cidades de pequeno e médio porte. E quando essas cidades ficarem grandes, faz-se uma nova constituição?

Mas as falsas questões não se encerram aí. Os partidos de esquerda estão tentando incluir nos artigos referentes à reforma agrária uma definição de propriedade produtiva. Qual será ela? A integralmente cultivada? Ou se considera também produtiva a que mantém 50% do seu solo em descanso? Outra questão que a boa técnica legislativa manda afastar da constituição é a das normas sobre o mercado financeiro, que deve ajustar-se às necessidades da conjuntura econômica.

Um observador interessado no tema poderia escolher como campo privilegiado de estudo a Comissão de Ordem Econômica, onde estão reunidos os melhores quadros da direita, aqueles que derrotaram ponto por ponto as posições da esquerda nas questões relativas à reforma agrária, política urbana, política mineral, intervenção do estado na economia e princípios gerais de ordenação econômica do país.

Um observador interessado no tema poderia escolher como campo privilegiado de estudo a Comissão de Ordem Econômica, onde estão reunidos os melhores quadros da direita, aqueles que derrotaram ponto por ponto as posições da esquerda nas questões relativas à reforma agrária, política urbana, política mineral, intervenção do estado na economia e princípios gerais de ordenação econômica do país.

Assim, aspectos particulares estão sendo bem tratados. A Constituição conterá dispositivos marcantes e inovadores em relação a muitas questões específicas: negros, índios, pessoas deficientes, setores industriais, direitos de grupos profissionais. Estes avanços, porém, estão todos condicionados na prática pelas questões gerais e básicas da formação do poder nacional, do exercício da cidadania, das formas de participação. Aqui nem sempre as coisas vão bem, enquanto nos aspectos particulares chegam seguidamente ao exagero.

O que se quer motivar é o interesse do cidadão pelo conjunto do país, e não a apaixonada defesa da sua condição de juiz, promotor, procurador, proprietário, empregado, parapléptico... Ou, em outras palavras, obter resposta para uma per-

Também a direita não é unitária

FOMOS ingênuos em desprezar o poder da direita, que é coesa e se articula. A frase, de autoria do relator da Subcomissão de Reforma Agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que teve seu documento progressista integralmente derrotado pelos votos conservadores, é um axioma da esquerda brasileira. Em 80 anos de movimento esquerdista no Brasil, comunistas, socialistas e suas derivações sempre acreditaram que o lado adversário tem uma unidade natural. Pensam assim também os constituintes de esquerda, incapazes de deter-se em uma observação acurada. Caso o fizessem, descobririam que a direita se une muito mais pela disposição para organizar-se, do que por uma identidade de berço.

A direita esboça discordância também quanto aos interesses de produção. Até o momento, não foi registrado nenhum gozozinho da direita urbano-industrial com as posições da direita aristocrático-rural contra a reforma agrária. E mesmo dentro desta há divergência. O ex-ministro da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli, por exemplo, que é um produtor preocupado com a modernização da atividade agrícola, admite a reforma agrária como "medida necessária", enquanto seus companheiros Roberto Cardoso Alves e Rosa Prata, produtores tradicionais, lutam para que a Constituição não leve a alterações da legislação fundiária. São, enfim, posições diferentes, mas não antagonicas. Em caso de necessidade, Paulinelli, Afff, Franco e todos os outros podem perfeitamente ceder os dedos para não perder as mãos.

governo Castelo Branco, senador Roberto Campos. "Eu me identifico com o Lula em alguns pontos e ele em nenhum", diz Afff. Essa sutil diferença não impediu, no entanto, que o deputado se transformasse no principal articulador da direita dentro da Comissão.

Ahí, porém, nunca poderia admitir semelhanças com Campos. Afinal, seu crescimento como líder empresarial — ele foi presidente da Associação Comercial de São Paulo — está ligado à crença existente no empresariado de que ele tem um bom trânsito entre os trabalhadores. Portanto, uma liderança indispensável em época de conflitos classistas.

Empresário como Afff, o senador Albano Franco tem uma aliança natural com os capitalistas industriais, mas se sente no direito de discordar dos que desenvolvem o ideário do segmento no plano intelectual. Assim, Franco e Afff não pensam sempre como Campos e Delfim Neto. Foi o fato de ser empresário numa região vulnerável como o Nordeste, Franco chegou mesmo a discordar de Afff. Para desgosto do empresário paulista, o senador sergipano não se sente à vontade para condenar por inteiro a intervenção do estado na economia.

Muitos degraus e várias armadilhas

NA primeira fase dos trabalhos da Constituinte, todos puderam avançar suas pedras com relativa liberdade. Os obstáculos começaram na antevéspera do encerramento das atividades das subcomissões. Agora que os 23 anteprojetos das subcomissões já estão nas comissões temáticas, vão crescer as dificuldades. Até dia 14 os projetos estarão em votação e aí quem não souber encontrar o caminho estará fora do jogo. Os que forem pela esquerda, toparão com grandes proprietários rurais e grupos empresariais tentando barrar sua marcha. Quem tentar a passagem pela direita, será detido por grupos operários, garimpeiros, lavradores sem-terra.

Terra-feita, dia 16, as trilhas se estreitam ainda mais. Tem início a fase de trabalho da Comissão de Sistematização. Os oito projetos aprovados nas comissões temáticas ficarão 20 dias na sistematização e daí sairão transformados em um projeto de constituição. Esses 20 dias serão uma espécie de tregua, uma etapa para compatibilização dos anteprojetos que, devido à natureza das questões a que se referem, recebem sugestões de mais de uma comissão.

Encerrada essa fase, o projeto de constituição vai a plenário, lá pelo dia 6 de julho, para 40 dias de discussões, podendo então receber emendas não apenas dos constituintes, mas de grupos da sociedade, desde que assinadas por 30 mil eleitores e apoiadas por três entidades associativas.

A 15 de agosto o projeto voltará à Comissão de Sistematização, que terá prazo de 25 dias para dar parecer sobre as emendas. O regimento prevê várias idas e vindas dos projetos, entre o plenário e a sistematização, até se chegar à aprovação final. Nesse roteiro sinuoso, cheio de armadilhas, quem for muito devagar poderá ser atropelado pelos que vêm atrás ou alcançado pelos petardos dos que pressionam de fora.

O desafio do novo

André Gustavo Stumpf

A reunião da Assembleia Nacional Constituinte está exibindo aos brasileiros uma vendeta difícil de ser enfrentada: é mais fácil convocar uma constituinte do que ter idéias sobre como organizar uma sociedade. Os brasileiros estão desfrutando da estranha possibilidade de no final do século vinte discutir em que país pretendem residir. Como não há nenhuma força política em condições de impor sua hegemonia neste momento, o processo constituinte resulta de acordos, entendimentos e prolongadas negociações. Na verdade, ninguém sabe que país vai emergir ao final desse trabalho.

Os constituintes norte-americanos se utilizaram de um processo absolutamente inverso ao dos brasileiros. Eles trabalharam em sigilo e um pequeno grupo de pessoas influíu na redação das emendas. Ocorre que aquele grupo de norte-americanos, protestantes, brancos, escoceses e de origem anglo-saxônica sabia exatamente em que sociedade eles estavam vivendo. O trabalho constituinte teve por objetivo proteger o cidadão contra o autoritarismo e por essa razão seu modelo de direitos humanos e civis é paradigma para todo o mundo. A constituinte norte-americana tem 203 anos de vida.

A diferença entre aquele processo de 1776, ocorrido na América do Norte, e o de 1987, realizando-se neste pedaço da América do Sul, está em que no caso brasileiro os políticos não sabem em que sociedade estão vivendo. Se alguém estudar os grandes temas da política brasileira ao longo da República, vai verificar que eles são constantes. D Fedro II já falava em vender as jóias da coroa para salvar as populações do Nordeste assolado pela seca. Também desde o início da República fala-se em distribuir renda. O combate ao analfabetismo é outra preocupação que figura nos discursos oficiais desde o começo dos tempos. Não há nada de novo sob o sol brasileiro nos 165 anos de vida independente.

Isso preocupa, porque neste momento de redescoberta de valores e conceitos com o propósito de reorganizar a sociedade, o exercício da política vem por outro caminho, pelo parágrafo. São empregos que vão e favorecem quem, tendo como consequência o abandono do objetivo maior que é dotar o país de um texto constitucional que espelhe a sociedade. A política paróquial não solucionou, no Império ou na República, nenhum problema básico deste país. O Brasil continua sendo tão desigual quanto o era há um século. Ocorreu aqui o que o professor Gunderlin Franco costuma chamar de desenvolvimento do subdesenvolvimento.

O Brasil de hoje ainda vive envolvido por seus dogmas e atrelado aos procedimentos originários de Portugal, que não lhe permitem saídas. E o país do círculo vicioso. Desde 1974, por exemplo, discute-se a abertura política, a distensão e agora a redemocratização. Perderam-se 13 anos no debate deste assunto, mas ainda não sabe-se, aqui, o aborto será legislado, qual vai ser o papel dos militares, nem se chegou a uma conclusão sobre como conviver com o capital internacional. No final do século, o Brasil continua procurando sua identidade, guardada em algum escaninho da história.

O conceito de democracia merece alguns reparos no exercício que dele vem sendo feito neste canto de mundo. Além de ser o confronto entre o maior e o menor número de pessoas, que se afere através do voto, o exercício da democracia exige, também, a ampla circulação de idéias e informações.

